

Educação inclusiva: Um relato de experiência sobre a deficiência visual no meio escolar

Inclusive education: An experience report on visual impairment in schools

William Júnio do Carmo¹
Ariane Teixeira Silva²
Hedilaine Campos Araújo³
Adriano Jose de Paula⁴
Alex Gomes da Silva⁵

295

Resumo: O Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, diz que a pessoa que em deficiência visual tem direito a inclusão em todos os sistemas educacionais em quaisquer dos níveis de aprendizagem por toda a sua vida de forma a tornar seu intelectual completo. Nesse contexto, o foco desse trabalho foi de promoção da inclusão; permanência e êxito de uma discente com deficiência visual (cegueira) matriculada no Instituto Federal do Triângulo Mineiro do Campus Paracatu no curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio. A finalidade foi inserir ela dentro do ambiente escolar com intuito de desenvolver da melhor forma possível as constantes do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, atendendo as diretrizes necessárias para o processo de ensino-aprendizagem, com apoio de uma bolsista extensionista, na perspectiva de acompanhamento contínuo e diário. A introdução dessa bolsista como monitora escolar, possibilitou a permanência da discente conseguindo estudar de forma remota, através do google classroom e google meet, resultados de grande aprendizado nesse formato digital de ensino-aprendizagem. Assim, se conclui a proposta deste trabalho com a permanência e êxito da discente no IFTM Campus Paracatu.

Palavras-chave: Deficiência visual. Inclusão. Permanência. Êxito.

Abstract: The 2015 Statute of Persons with Disabilities states that visually impaired people have the right to inclusion in all educational systems at any level of learning throughout their lives in order to make their intellectual complete. In this context, the focus of this work was to

¹Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu. Doutor em Produção Vegetal. williamjunio@iftm.edu.br

²Bacharel em Administração. Ariane.silva@estudante.iftm.edu.br

³Licenciada em Pedagogia. hedilainecamposa@gmail.com

⁴Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu. Mestre em Sistemas de Produção em Agropecuária. adrianopaula@iftm.edu.br

⁵Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Paracatu. Mestre em Educação. alexgomes@iftm.edu.br

Recebido em 01/06/2025

Aprovado em: 05/09/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



promote inclusion; permanence and success of a student with visual impairment (blindness) enrolled at the Instituto Federal do Triângulo Mineiro on Campus Paracatu in the Technical Administration course integrated into high school. The purpose was to insert it within the school environment with the aim of developing in the best possible way the contents of the Pedagogical Project of the Technical Course in Administration, meeting the necessary guidelines for the teaching-learning process, with the support of an extension scholarship, from the perspective of continuous and daily monitoring. The introduction of this scholarship holder as a school monitor made it possible for the student to remain able to study remotely, through Google Classroom and Google Meet, resulting in great learning in this digital teaching-learning format. Thus, the proposal of this work concludes with the student's permanence and success at IFTM Campus Paracatu.

Keywords: Visual impairment. Inclusion. Permanence. Success.

1 INTRODUÇÃO GERAL

Por um projeto de extensão desenvolvido no Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Paracatu (IFTM), discentes com deficiência visual (cegueira) podem estudar com ajuda de bolsistas no papel de monitoras. Esse projeto é justificado pela Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, como iniciativa destaca-se a aplicabilidade da inclusão no ambiente educacional, visualizando a oportunidade de resultados de permanência e êxito no desenvolvimento de suas autonomias, aliando assim dois pontos importantes: inclusão e integração.

A proposta da educação inclusiva é incluir atividades e disciplinas acadêmicas visando desenvolver habilidades de percepção e sensibilidade da aplicação desses dois objetos de estudo, diminuindo assim os impactos psíquicos na vida social de discente, melhorando e otimizando sua relação com os estudos, garantindo excelência na execução das atividades propostas a serem desenvolvidas desde o(s) atuais discentes e dos que vierem a surgir, explorando os recursos permanentes e futuros.

Tem como fundamento, mostrar para os alunos e à sociedade que a escola tem preocupação com a educação das pessoas com deficiência visual (cegueira), trabalhando as dificuldades encontradas de interação com o ambiente escolar e assim desenvolver atividades que leve os discentes a aprender novas técnicas de conhecimentos, contribuindo para a inclusão, a permanência e criação de autonomia e desenvolvimento intelectual.

O início do projeto se deu em 2019 e agora em sua continuidade começou em 03 de maio com final em 17 de Dezembro de 2021, tendo uma aluna bolsista extensionista provendo ações a fim de incluir, monitorar, acompanhar e auxiliar a discente com deficiência visual matriculada no Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFTM.

No Art. 1º, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº9.394, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Por meio da LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, assegura-se diretamente ao aluno portador de quaisquer necessidades especiais as seguintes normativas no Capítulo IV que se refere à educação Art.28, com ênfase nos tópicos:

V- Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

✓IX- Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.

MELO (2004), define pessoas com deficiência como: “pessoas com certos níveis de limitação, física, mental ou sensorial, associados ou não que demandam ações compensatórias por parte dos próprios portadores, do Estado e da sociedade, capazes de reduzir ou eliminar tais limitações, viabilizando a integração social dos mesmos”.

Para ALVES (1992), considera pessoa com deficiência aquela que é “incapaz de se desenvolver integralmente ou parcialmente, e de atender às exigências de uma vida normal, por si mesma, em virtude de diminuição, congênita ou não, de suas faculdades físicas ou mentais”

CF FERRAZ (2012), diz sobre a Lei 13.146: "A acessibilidade deve abranger não apenas as estruturas físicas, mas também todas as demais esferas de interação social. A acessibilidade deve ser descrita como a adoção de um conjunto de medidas capazes de eliminar todas as barreiras sociais- não apenas físicas, mas também de informação, serviços, transporte, entre outras- de modo a assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas."

Portanto, segundo o CF DALLARI (2004), "A dignidade constitui um valor universal, não impedindo as diversidades sócio-culturais dos povos. Às pessoas, mesmo com todas as suas diferenças físicas, intelectuais, psicológicas, são detentoras de igual dignidade, embora sejam diferentes pela sua individualidade, pela condição humana apresentam as mesmas necessidades e faculdades vitais."

Segundo VENTURA (2006), a deficiência visual impõe restrições ao desenvolvimento seguro e confiante da criança no ambiente, interfere no conhecimento do próprio corpo, e na inter-relação entre as coisas e as pessoas no ambiente.

Os sentimentos de pena, piedade e comiseração são frequentes em relação à criança deficiente visual, levando muitas vezes a atitudes de superproteção, como protegê-la em casa, guiar ou conduzi-la, evitar que brinque com crianças de visão normal, deixá-la sentada para que não se machuque, falar por ela ou tentar resolver os seus problemas.

Esta atitude pode interferir na independência dessas crianças para desempenhar atividades. Em vista disso, durante a estimulação visual é importante enfatizar a necessidade da participação dessas crianças nas atividades diárias. A aceitação da deficiência visual significa a aceitação da pessoa como ela é, sem o desejo de transformá-la ou modificá-la para que seja aquilo que se considera o melhor.

A interação social depende da forma de como a criança é recebida, acolhida, observada, ouvida e compreendida em suas necessidades. Essa forma de relação e comunicação influencia o desenvolvimento psicoafetivo e determina a maneira como a criança vai interagir com as pessoas, objetos e o meio em que vive.

De acordo com MANSINI (1993), a primeira preocupação, no Brasil, com a educação de deficientes, apareceu a 12 de setembro de 1854. O imperador Pedro II baixou o Decreto Imperial nº, 1.428, criando o Imperial Instituto de Meninos Cegos — marco inicial da educação de deficientes visuais no Brasil e América Latina.

Após o advento da República esse Instituto passou a denominar-se Benjamin Constant, única instituição encarregada da educação de deficientes visuais no Brasil até 1926, quando foi inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael. Em 1934 o Instituto Benjamin Constant foi autorizado a ministrar o curso Ginásial, que em 1946 foi equiparado ao Colégio Pedro II.

Em 1946, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, instituição para imprimir livros em caracteres braille — passo importante para a descentralização da educação especializada. Em 1947, o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Getúlio Vargas, em regime de cooperação, realizaram o curso de caráter intensivo destinado à especialização de professores para deficientes visuais.

A partir de 1951, foram realizados cursos de especialização de professores e inspetores para DV, com alunos de diferentes unidades federativas.

Segundo MANZINI (2005), pode-se concluir que os termos acesso e acessibilidade têm, muitas vezes, sido interpretados como condições para que a inclusão social ocorra e isso nem

sempre é verdadeiro. A inclusão social deve ser vista, medida e interpretada tendo como referencial o próprio meio social e não somente as condições de acessibilidade.

As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão. Porém, a cultura de incorporar o outro, o diferente, ainda está sendo formada.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades foram iniciadas no dia 9 de agosto de 2021. As primeiras semanas foram de adaptação, para conhecermos a rotina, os professores, conversar sobre como seria realizadas as atividades a partir daquele momento. Questionei-a sobre o fato de ela nunca ter tido uma tutora, e ouvi as sugestões e perguntei como ela tem realizado as atividades e como eu poderia ajudar a otimizar seu tempo e auxiliar no seu aprendizado.

A discente relatou as dificuldades que ela teve no ano de 2020 pela falta do equipamento, pois ela não tinha Notebook, e também o fato de toda a adaptação ao ensino remoto devido a Pandemia. Já em 2021 por meio do edital de aquisição de equipamentos da instituição ela conseguiu um Notebook o que facilitou bastante a realização das atividades, que antes eram realizadas exclusivamente pelo celular (causando até mesmo problemas de saúde por seu uso constante). Ela é uma excelente aluna, muito inteligente e esforçada e mesmo diante de todas as dificuldades sempre teve notas excelentes.

A seguir segue o relato da permanência e êxito da discente na instituição, descrevendo quais foram os pontos fortes e fracos da aluna em cada matéria e as adaptações realizadas pelos professores.

Os professores de Química, física e Matemática, são excelentes, muito prestativos e sempre disponibilizam os materiais necessários e dão todo o auxílio que a aluna precisa. O professor de Química sempre, em todas as atividades, manda vídeos explicando questão por questão, lendo as equações e não deixando restar nenhuma dúvida sobre as atividades a serem realizadas. O professor de Matemática sempre manda as imagens de trigonometria, formas geométricas ou qualquer figura necessária para o andamento da matéria em alto-relevo e entrega pessoalmente na casa dela. Já o professor de Física entrou no conteúdo de óptica, que é totalmente visual, ele me procurou para alinharmos as formas como o conteúdo deveria ser

apresentado a ela, a melhor forma encontrada foi ele me mandar antecipadamente os slides de aula para eu imprimir e passar a cola 3D, para que ela conseguisse acompanhar as aulas.

Os professores de Filosofia, sociologia, Educação física e Direito realizaram também um ótimo trabalho de adaptação da aluna, permitindo que ela mandasse suas respostas por meio de áudio, o que evita que ela transcreva as respostas mais de uma vez, evitando assim o retrabalho e economizando tempo.

O professor de Contabilidade é bem preocupado com a aprendizagem dela, sua matéria por si só já é complicada, o que torna o desafio ainda maior para uma pessoa com deficiência visual. As maiores dificuldades encontradas durante a realização das aulas foram utilização do Excel, que é uma ferramenta essencial não só para o entendimento da matéria, mas também para o seu futuro no mercado de trabalho. Por fim, o professor disponibilizou uma tabela com inúmeros comandos para se utilizar o Excel apenas pelo teclado, na ocasião a aluna ficou muito feliz em finalmente começar a compreender melhor essa ferramenta.

Matemática financeira é uma matéria que ela gosta muito, o professor também se preocupa muito com o aprendizado dela, sempre manda os materiais necessários. Um ponto importante a se considerar sobre a matéria é a questão da calculadora financeira HP12C, que ainda não conseguimos encontrar um simulador que seja acessível para pessoas com deficiência visual, algum programa que o NVDA do computador consiga ler. Até então caso ela necessite usar alguma das funções dessa calculadora eu acabo auxiliando, mas claro, certificando-me que ela consiga aprender e entender como a calculadora deve ser utilizada.

Na matéria de Biologia só precisaram ser feitas algumas adaptações quanto às atividades. A matéria em si possui alguns pares que são em visuais, como esquemas fotos de animais ou plantas, partes de células, etc. Nesses casos as adaptações em Braille são muito importantes, ou até mesmo as descrições feitas pelos professores em áudio. As atividades, algumas vezes se tratam de fazer desenhos, mas como esse tipo de atividade é inviável, elas são substituídas por atividades escritas, mas nunca destoando do conteúdo programático (sempre me certifico disso).

Sobre a matéria de história tenho algumas considerações a fazer, o professor de história sempre está atento e preocupado se a aluna está entendendo o conteúdo, sempre a situa durante as aulas descrevendo imagens e características físicas de figuras importantes da história. Sobre as atividades, a maioria delas foram feitas juntamente com o professor em sala de aula e as que não são dessa forma são feitas via formulário do Google e realizadas sem nenhum tipo de contratempo.

Já a matéria de Geografia, não é uma matéria que a aluna particularmente goste, mas durante o período que estive a acompanhando, ela sempre realizou todas as atividades com maestria, porém, gostaria de ressaltar que ocorreram alguns mal entendidos, o professor exige aos alunos que as atividades sejam feitas manuscritas, algumas vezes o professor adicionou comentários particulares nas atividades dela questionando os motivos das atividades terem sido entregues digitadas e não manuscritas, como dito anteriormente foram só mal entendidos, que acabam gerando incomodo na aluna.

Em relação à Gestão de Marketing, Administração da produção e materiais e artes está tudo de acordo, os professores nunca deixaram de adaptar os materiais, quando necessário, nenhuma das atividades propostas foi de difícil realização ou era inacessível. Inclusive a professora de artes tem uma metodologia bem interessante, que consiste em todas as atividades propostas conterem vídeos para auxiliar na aprendizagem, o que para a aluna foi excelente e ajuda muito na compreensão do conteúdo. Nas matérias de APM e GM os trabalhos em grupo são essenciais também para a otimização de tempo, o compartilhamento das ideias dela com os colegas pode ser extremamente benéfico para ambas às partes.

Metodologia do trabalho científico também não é uma matéria que ela se identifique, é uma matéria bem maçante e exige muitos conhecimentos principalmente em Word que ela ainda está descobrindo, como por exemplo, formatar um texto nas normas da ABNT é uma coisa que ela ainda tem dificuldade, por isso é importante o meu auxilio e o dos colegas no caso dos trabalhos em grupo.

As matérias de idiomas (Inglês e Espanhol) são as favoritas dela, ela simplesmente ama estudar idiomas. Ela tem uma afinidade enorme com as professoras, principalmente a de inglês. Em relação aos materiais disponibilizados e as atividades propostas está tudo de acordo, por ela gostar muito das matérias ela estuda e realiza as atividades com mais facilidade.

A matéria de língua portuguesa, foi a matéria que durante o tempo que estava a acompanhando, tivemos mais dificuldade de adaptação. Cheguei a fazer diversos relatórios semanais explanando as dificuldades na realização das atividades. Em vários momentos a professora não mandou os materiais necessários, fazia formulários do Google totalmente inacessíveis, os formulários continham “palavras destacadas” que sem o meu auxilio seria impossível dela identificar, usava fontes que não liam corretamente os caracteres, no inicio mandava tirinhas, charges, imagens sem descrição. Depois de várias reclamações minhas a professora parece ter se atentado mais a esses detalhes.

Por fim, a aluna, por ser muito inteligente e esforçada, apesar de todas as dificuldades encontradas durante a realização de todas as tarefas, sempre aprendia em todas, até mesmo aquelas que ela não gosta de estudar. Na matéria que teve menor dificuldade foi em matemática básica, pelo fato de possuir um raciocínio rápido e fazer muitas contas sem precisar de calculadora e nas matérias de física, química e matemática possuem muitos símbolos e letras gregas que ela não conhece sua representação no Braille, necessitando de um profissional de braile como auxílio de estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do projeto foram alcançados, mantendo-se a permanência e êxito da discente na Instituição, principalmente tendo uma monitora escolar que possibilitou alcançar os conhecimentos recebidos pelos professores, que mesmo de forma remota, através do google classroom e google meet, obteve o ensino-aprendizado necessário nesse ano letivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, A. L. C., MANCIN, M. C., SCHWARTZMAN, J. S. **Estudo do desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral diparética espástica utilizando o Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI)**. Temas Desenvolv. 2002;11(64):5-11.

ALVES, R. V. **Deficiente Físico- Novas dimensões da Proteção**. São Paulo, LTr, 1992, p. 42.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **O psicólogo e a pessoa com deficiência visual**. In: Masini EFS, organizador. *Do sentido... pelos sentidos... para o sentido*. São Paulo: Vetor Editora; 2002; p.201.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1999). **Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial**. NBR 14273.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1997a). *Trans Revista da Sobama*. Dezembro 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, pp. 31-36 E. J. Manzini porte - **Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal**. NBR 14022.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1997b). **Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem metropolitano**. NBR 14021.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas (1997c). **Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso**. NBR 14020.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004.) **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050.

AUDI, E. M. M. (2004). **Protocolo para avaliação da acessibilidade física e escolas de ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

BARRAGA, N. C. **Avaliação educacional de crianças deficientes da visão**. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1. Anais. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização. Deficiência visual**. Educação Infantil vol. 08. Brasília: MEC/SEESP; 2004.

BROCA, P. **Remarques sur la siège de la faculté du langage articulé**. Bulletin de la Société d'Anthropologie, Paris, 1861.

BUNCHAFT, G. & CAVAS, C.S. (2002). **Sob Medida: um guia sobre a elaboração de medidas do comportamento e suas aplicações**, São Paulo: Vetor.

CF DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e Cidadania**. São Paulo, Moderna, 2ª ed., 2004, p. 14.

CF FERRAZ, C. V. [et al.]. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo, Saraiva, 2012, p. 177. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502170322/pageid/177>.

DE BRITO FONTENELE, Raquel; CANTERO, Alba Maria Mendonza. Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios e Lacunas na Implementação no Brasil. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 52, n. 1, p. 32-52, 2024.

GILBERT, C, FOSTER, A. **Childhood blindness in the context of VISION 2020 – the right to sight**. Bull World Health Organ. 2001;79(3):227-32. Epub 2003 Jul 7.

GOTTESMAN, M. **Stage development of blind children: a Piagetian view**. The New Outlook for the Blind, v.70, n.3, p.94- 100, 1976.

HALEY, S. M, COSTER, W. J, LUDLOW, L. H, HALTIWANGER, J. T, ANDRELOW, P. J. **Inventário de avaliação pediátrica de disfunção: versão brasileira. Tradução e adaptação cultural**: Mancini MC. Belo Horizonte: Laboratórios de Atividade e Desenvolvimento Infantil. Departamento de Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais; 2000.

HOYT, C. S, GOOD, W. V. **The many challenges of childhood blindness**. Br J Ophthalmol. 2001;85(10):1145-6.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, que institui a **lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**(estatuto da pessoa com deficiência).

MANCINI, M. C, FIUZA, P. M, REBELO, J. M, MAGALHÃES, L. C, COELHO, Z. A.C., PAIXÃO, M. L. et al. **Comparação do desempenho de atividades funcionais em crianças**

com desenvolvimento normal e crianças com paralisia cerebral. Arq Neuropsiquiatr. 2002;60(2B):446-52.

MANCINI, M. C, SILVA, P. C, GONÇALVES, S.B., MARTINS, S. M. **Comparação do desempenho funcional de crianças portadoras de síndrome de Down e crianças com desenvolvimento normal aos 2 e 5 anos de idade.** Arq Neuropsiquiatr. 2003;61 (2B):409-15.

MANCINI, M. C, TEIXEIRA, S., ARAÚJO, L. G., PAIXÃO, M. L., MAGALHÃES, L. C., COELHO, Z. A. C, et al. **Estudo do desenvolvimento da função motora aos 8 e 12 meses de idade em crianças nascidas pré-termo e a termo.** Arq Neuropsiquiatr. 2002;60 (4):974-80.

MANZINI, E.J. et al. (2003). **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas.** In: Marquezzine: M. C et al. (Orgs.), Educação física, atividades motoras e lúdicas e acessibilidade de pessoas com deficiência (pp.185-192). Londrina: Eduel.

MANZINI, E.J.; et al (2002). **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas.** Em Marquezzine, M. C. et al (Orgs.). Novos rumos da Educação Especial (pp.193-196). Londrina: UEL. CD-ROM.

MANZINI, E. J. & IMAMURA, E. T. M. (2004). **Processo de eliminação de barreiras arquitetônicas na F.F.C.- 2000 a 2004 [Resumo].** Em Departamento de Educação Especial (Org.), Resumos. VII Jornada de Educação Especial (p. 240). Marília: Unesp.

MARTIN, M. B, BUENO, S. T. **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos.** São Paulo: Editora Santos; 2003.

MASINI, E. F.S. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados.** Brasília: Ministério da Ação Social, CORDE, 1994.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial.** São Paulo: EPU, 1993.

MELO, S. N. **O Direito da Pessoa Portadora de Deficiência: o princípio constitucional da igualdade: ação afirmativa.** São Paulo, LTr, 2004, p. 52-53.

MENDES, Amanda Ferreira; DE ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; POLETTO, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **Altus Ciência**, v. 17, n. 17, p. 23-35, 2023.

OLIVEIRA, E. T. G. (2003). **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

OLIVEIRA, E. T. G. & MANZINI, E. J. (2003). **O ponto de vista do estudante com deficiência sobre a acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina [Resumo].** Em Departamento de Educação Especial (Org.), Resumos.V Simpósio de Filosofia e Ciência. Marília: Unesp Marília Publicações. CD-ROM.

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” Nº 79/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014 Dispõe sobre a aprovação do **Projeto Político Pedagógico do Curso de Técnico em Administração**, na forma integrada ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu – 2015/1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em 12 de dezembro de 2020 às 10:51.

TELFORD, C., SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WERNICKA, C. **Der aphasische sy mpromenkomplex**. Breslau: Cohen & Weigart, 1874.

WILSON, M. E., PANDEY, S. K., THAKUR, J. **Paediatric cataract blindness in the developing world: surgical techniques and intraocular lenses in the new millenium**. *Br J Ophthalmol*. 2003;87(1):14-9. Review.